

## A percepção de professores em relação ao ProUni e o Estado

### The perception of professors in relation to the ProUni and the State

### La opinión de profesores en lo referente al ProUni y al Estado

### La perception des professeurs par rapport au ProUni et à l'état

*Maria José Viana Marinho de Mattos\**  
*Maria Cristina Ravanelli de Barros O'Reilly\*\**

**Resumo:** O artigo é recorte de pesquisa realizada sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni), realizada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Poços de Caldas. Analisa a percepção dos professores sobre este programa, que compõe o conjunto das políticas educacionais sob a gestão do Ministério da Educação (MEC), do governo Luis Inácio Lula da Silva – Lula. A metodologia envolveu levantamento documental de legislação publicada no período de 2004 a 2008, a respeito do ProUni; de revisão bibliográfica de políticas públicas de inclusão social; ações afirmativas e de análise de dados provenientes de um grupo de professores. Em relação aos resultados obtidos não se observou preconceito em relação aos estudantes beneficiados pelo programa; a maioria dos professores (88%) expressa acreditar que o ProUni oportuniza o acesso ao ensino superior para jovens, que serão os primeiros do grupo familiar a ter oportunidade de cursar ensino superior, trazendo impactos positivos às suas vidas.

**Palavras-chave:** políticas públicas, ProUni, universidade, docentes, Estado.

**Abstract:** This article is the result of a study regarding the use of the feminine sterilization in the city of São José do Cedro/SC. The study aimed to investigate the reasons that lead the women to perform the tubal ligation as a contraceptive method. The inquiry was raised in the Studies Group on the State, Politics and Social Practices at UNOESC, mainly through information obtained in the First Health Regional Management of Santa Catarina, that affirm the significant existence of women who seek for the tubal ligation through SUS. In order to obtain the data a questionnaire with open and closed questions was used on 37 (thirty and seven) women who performed the tubal ligation in 2007 in the city of São Jose do Cedro/SC, out of this 37 women, 6 (six) were selected, using as choice criteria the age range between 25 and 35 years old. The main results found demonstrate the lack of understanding on the familiar planning, on the contraceptive methods available in the public sphere and, reaffirmed the perpetuation of the historical inequalities present in gender relations that express the women's condition as main responsible for the use of contraceptive methods and/or the decision "to plan the family".

**Keywords:** Fpublic politics, professors, ProUni, university, State.

\* Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pró-Reitora da PUC Minas em Contagem, MG. Avaliadora Institucional do Inep/MEC. E-mail: mjoseviana@uol.com.br.

\*\* Doutoranda em Educação Escolar pela UNESP Araraquara/SP - Brasil e professora de Políticas Educacionais no curso de Pedagogia da PUC Minas campus de Poços de Caldas/MG - Brasil. E-mail: oreilly@pocos.net.com.br.

## Introdução

O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pelo governo federal no Brasil em 2004, sob gestão do Ministério de Educação (MEC) - Medida Provisória n° 213, de 10 de setembro de 2004, regula a concessão de bolsas de estudo. A citada Medida Provisória, marco de uma política pública, foi convertida na Lei Federal n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005; sendo-lhe mantido o objetivo de atender jovens desprovidos de condições financeiras para custear seus estudos no ensino superior.

Especificamente, a pesquisa realizou-se com análise documental; revisão bibliográfica sobre políticas públicas educacionais, e análise de informações/dados provenientes de um grupo de professores que atuava em turmas de cursos de graduação com presença de estudantes beneficiados com bolsas ProUni.

Os dados coletados entre professores buscaram interpretar elementos e contribuições em torno da participação destes profissionais como atores de implementação de políticas educacionais à luz do papel do Estado, como regulador de políticas públicas. Uma vez que este programa se apresenta como uma das alternativas em atendimento à expansão da educação superior, demanda legítima da sociedade.

Recuperando os registros sobre este assunto, é importante ressaltar a contribuição e a divulgação de documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), apontando indicadores e possíveis alternativas para esse período de expansão do ensino superior. Cabe apontar, especialmente, o GT Interministerial (Grupo de Trabalho), 2003, organizado por um grupo de representantes de ministérios do governo atual, intitulado: "Bases para Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira". O ponto central do documento elaborado foi a defesa da diversificação das fontes de financiamento da educação superior pública e a alocação de verbas públicas para universidades privadas - Pacto de educa-

ção pelo Desenvolvimento Inclusivo, tendo como prioridade o Programa Universidade para Todos (ProUni). (MEC, 2004)

Nessa direção, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, teve recepção favorável da opinião pública e contou com ampla divulgação da imprensa. Este Plano agregou 30 (trinta) ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus níveis e modalidades. Importa, pois, ressaltar que o Plano aponta cinco ações relacionadas à educação superior; entre elas, ações que pretendem facilitar o acesso ao crédito educativo, estendendo o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao Programa.

Neste sentido, o PDE, em linhas gerais, prevê estratégias envolvendo universidades federais e outras instituições de ensino superior (IES) que aderirem ao ProUni e programas na modalidade a distância voltados à formação de professores que atuam em redes públicas de ensino fundamental e médio, entre outras, visando dobrar o número de estudantes nas universidades federais em um prazo de dez anos. Além destes programas, outras parcerias a partir do governo federal, poderão ser firmadas no sentido de ampliar o número de vagas oferecidas aos jovens para acesso ao ensino superior.

Debates contemplando a ampliação do número de estudantes no ensino superior, de políticas afirmativas e de inclusão social ganharam importância e espaço nas propostas e programas educacionais, bem como no discurso de diferentes correntes político-ideológicas nos últimos anos. Estes têm focalizado os grupos excluídos, que, numericamente, representam a maior parte da população brasileira.

Nessa perspectiva, entende-se que a expansão da educação superior preconizada pelo governo Lula como uma política pública democrática, passa pelo estabelecimento das políticas de financiamento e de avaliação indutoras do desenvolvimento das instituições de ensino superior.

Nesta direção, entende-se por políticas públicas aquelas que preveem o atendimento de cidadãos que, por razões de ordem social ou financeira, necessitam receber tratamento especial, obtendo, assim, importância independentemente das diferentes correntes político-ideológicas presentes na sociedade. E neste campo, encontram-se expressões na literatura consultada; entre elas: inclusão social, educação inclusiva, educação da minoria, educação para grupos excluídos e políticas afirmativas (Ozga, 2000).

Por políticas e ações afirmativas compreende-se como sendo o conjunto de medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado, com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras, historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como a compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização. (Dias; Ketzer, 2007).

---

### Abordagem metodológica

---

A partir das considerações elaboradas, decidiu-se compreender a percepção dos professores em relação ao ProUni, como política pública de inclusão social. No universo de cento e cinquenta professores dos cursos de graduação da PUC Minas *Campus* Poços de Caldas, vinte e cinco participaram por adesão à pesquisa, respondendo ao questionário formulado, que contemplou as seguintes questões: a) atuação dos professores nos cursos de graduação; b) a compreensão do Programa Universidade para Todos (ProUni) como política pública de acesso ao ensino superior e inclusão social; c) o conhecimento em relação à abrangência do programa no *campus* onde atuavam; d) os possíveis fatores que intervêm no desempenho acadêmico e a frequência desses estudantes às aulas; e) a percepção de algum tipo de tratamento diferenciado e ou preconceituoso em relação aos mesmos; f) a percepção dos professores em relação às

possibilidades de inserção dos estudantes do ProUni no mercado de trabalho e, por último; g) as perspectivas de vida destes cidadãos.

Destaca-se, neste estudo, a importância da participação dos professores, pois são atores do processo de implementação/implementação do ProUni, que se caracteriza como uma política pública educacional do governo federal. Nessa direção, a participação dos professores deu-se por meio da abordagem individual dos pesquisadores, após contextualização do estudo e esclarecimentos acerca da importância da participação desses, que prontamente aderiram a proposta, cujo critério básico foi a atuação em mais de um curso de graduação dentre os oferecidos pelo *campus* da PUC Minas em Poços de Caldas.

---

### Análise dos resultados: percepção dos professores em relação ao Programa Universidade para Todos (ProUni)

---

Observa-se que, no Brasil, apenas 14% (aproximadamente) dos jovens entre 17 e 24 anos conseguem ingressar no ensino superior (MEC/INEP, 2009). A questão central da política educacional é como ampliar o acesso e alcançar uma maior equidade, com uma formação de qualidade.

Na educação superior foram propostas políticas/ações referentes à ampliação do acesso e maior equidade através da diversificação do sistema com a criação de novos tipos de IES, novos tipos e modalidades de cursos, bem como a proposta de políticas inclusivas e de ações afirmativas (ProUni) e a política de cotas.

Importa esclarecer que a unidade da PUC Minas onde foi realizada a pesquisa oferecia, à época, doze cursos de graduação, dos quais participaram professores (por adesão, como mencionado) na seguinte proporção:

curso de Psicologia (19%), Administração (16%) e Engenharia Elétrica (11%). A participação dos professores no curso de Medicina Veterinária foi de 3% do total – não houve predisposição e interesse dos demais em participar da pesquisa.

Surpreendentemente, a análise de dados coletados revelou que os professores tinham conhecimento de que, aproximadamente, quatrocentos estudantes do *campus*, em um universo de 2800 alunos matriculados, estudavam graças à concessão das bolsas via ProUni. A Tabela 1 (ver Anexo A) demonstra que a maioria dos professores investigados conhecia o número de alunos beneficiados com bolsas de estudo.

Nesta direção, algumas questões foram direcionadas ao principal objetivo da pesquisa sobre o ProUni: investigar a percepção dos professores a respeito desta política pública educacional.

O movimento mundial pela inclusão, como uma ação política, cultural, social, pedagógica, desencadeou a defesa do direito de todos. A visão de direitos humanos avança em relação à ideia de equidade formal expressa no princípio de igualdade de oportunidades, reconhecendo que as dificuldades de oportunidades enfrentadas nos sistemas de ensino nas esferas federal, estadual e municipal evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. É este o entendimento de que o ProUni se insere no conjunto de políticas inclusivas, especificamente de acesso ao ensino superior.

Indagou-se, então, se os professores conheciam este programa e se, no seu entendimento, poderíamos considerá-lo como política pública de inclusão. Para tal, solicitou-se que as respostas fossem acompanhadas de justificativa.

A análise apontou que 60% reconheciam o ProUni como uma política pública de inclusão; 32% responderam “em parte”; 4% responderam “Não” e 4% não responderam, como mostra a Tabela 2 (ver Anexo B).

Mereceu atenção a análise das justificativas dos 60% dos professores relacionadas

ao entendimento deste programa como política pública de inclusão, pois representava a maioria dos entrevistados. Portanto, destacam-se nesta fase do estudo ideias expressas nas justificativas. Um dos professores afirmou: “é uma política pública de inclusão, pois há o envolvimento do Estado e de instituições privadas com o propósito de atender grupos da população desprovidos de recursos financeiros, até então excluídos do acesso ao ensino superior”. Outros dois defenderam: “é uma política pública de inclusão por dar o direito aos jovens de ingressarem no ensino superior sem custear seus estudos”. A ideia expressa por três professores é de que o ProUni é uma política pública de inclusão, pois “cria estratégias que minimizam a desvantagem histórica de um grupo da população brasileira que, até então, não via possibilidade de continuidade de seus estudos”. Outros dois, ainda, expressam sua concordância, pois “o acesso ao ensino superior aos jovens desprovidos de condições financeiras possibilita sua ascensão social”. Um outro diz concordar “ser uma proposta governamental que estimula a oportunidade de inclusão de camadas sociais menos favorecidas em todos os sentidos da vida social”.

Alguns outros entrevistados usam termos bem semelhantes ao expressarem que é um programa de inclusão social, sim, pois “compreende um conjunto de ações públicas que permitem que uma parcela da população brasileira na faixa de 18 a 24 anos, tradicionalmente excluída, usufrua de benefícios com critérios claros, privilegiando o ensino público em nível médio, que o próprio Estado, até então, não creditava”.

Outra resposta revela sua concordância por entender que é “uma ação ou intervenção realizada pelo Estado para garantir direitos sociais às classes menos favorecidas da sociedade”. As demais respostas foram agrupadas em uma única categoria, expressando a concordância de ser uma política pública de inclusão, segundo estes professores, por permitir que os jovens ingressem no ensino superior.

Assim, concluiu-se que há a concordância da maioria dos professores que este programa pode ser classificado como política pública de inclusão social, embora oito (32%) professores tenham respondido “Em parte” ou não tenham justificado suas respostas.

Com relação ao fato de os professores perceberem algum tipo de preconceito com os alunos beneficiados com bolsa ProUni, a maioria (84%) afirmou “Não”; 8% responderam “Sim” e 8% dos professores expressaram que “Às vezes”. Em relação a esta questão, os pesquisadores consideraram que este aspecto mereceria ser aprofundado ou com outros questionamentos ou com um número maior de perguntas, pela relevância do assunto, o que não ocorreu, conforme a Tabela 3 (ver Anexo C).

Outro aspecto abordado referiu-se ao posicionamento dos professores em relação à afirmativa: “Se as políticas de inclusão à educação recuperam os direitos dos jovens menos favorecidos da sociedade”. Das respostas, 84% concordam que as políticas de inclusão recuperam o direito dos jovens menos favorecidos da sociedade e 16% dos professores não se pronunciaram a respeito, o que impossibilitou aprofundar na análise.

É importante ressaltar que o Plano Nacional de Educação do governo federal, no Brasil, tem como meta o acesso à educação superior para 30% da população e uma das medidas para seu alcance é o ProUni. Entende-se, pois, que para este grupo de professores, é uma ação que pode oferecer oportunidade e influenciar mais concretamente na constituição de uma educação superior capaz de contribuir de modo efetivo para a inclusão social e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Logo, há perspectivas de que esta política pública possibilite a inserção destes jovens profissionais no mercado de trabalho, com contribuição para o desenvolvimento do país.

Os resultados encontrados permitem demonstrar, com maior clareza, a existência do que poderíamos chamar de perversidade do efeito docente: se é inegável que os professores constituem o fator decisivo do su-

cesso das trajetórias escolares. Esses dados chamam a atenção para a necessidade de se investigar mais profundamente os efeitos específicos que os profissionais docentes têm sobre as tentativas de utilização dos sistemas escolares como instrumentos de democratização.

Outra questão que mereceu atenção dos pesquisadores referiu-se ao posicionamento dos professores quanto às possíveis oportunidades de inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Cursar o ensino superior poderá favorecer o ingresso nos espaços do trabalho? As respostas podem ser constatadas na Tabela 4 (ver Anexo D). Quando indagados sobre o fato de acreditarem que a oportunidade de cursar o ensino superior poderia aumentar a inserção do estudante no mercado de trabalho, a maioria dos professores (88%) optou pela resposta “Sim” e 12% responderam que “Não”.

Cada vez mais na área de educação discute-se qualidade do ensino e qualidade das instituições de ensino superior. E, não raramente, a qualidade de ensino está relacionada claramente à qualidade dos professores. De fato, estudos norte-americanos demonstram que a qualidade do professor é um aceitável indicativo de aprendizagem do que a tão estudada diferença racial e socioeconômica (Strauss, 2007). Nessa direção, o processo de avaliação escolar é discutido quanto à sua eficiência e o que ele representa no desempenho acadêmico dos estudantes. Este ponto é essencial na discussão que ora apresentamos, pois o desempenho escolar/acadêmico está diretamente relacionado à permanência dos estudantes beneficiados pelo ProUni nas instituições de ensino superior. Especial ênfase é dada à avaliação das atividades previstas nas disciplinas dos currículos dos cursos de graduação.

A esse respeito indagamos aos professores sobre os possíveis fatores que intervêm no desempenho acadêmico dos estudantes bolsistas do ProUni, tendo como referência as resoluções da PUC Minas aprovadas no Conselho Universitário, à luz da legislação

brasileira na área de educação. O desempenho escolar na PUC Minas é aferido por disciplina abrangendo os aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos. Por assiduidade entende-se a frequência mínima de 75% nas atividades correspondentes a cada disciplina, sem a qual o aluno é reprovado. Entende-se por aproveitamento o rendimento do aluno nas atividades desenvolvidas em cada disciplina, que terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, ou seja, nota resultante da soma das notas obtidas pelo aluno nas atividades escolares. Estas atividades compreendem a realização de provas, testes, pesquisas, práticas de laboratório e outras congêneres.

Diante do exposto e considerando as respostas elaboradas pelos docentes, pode-se entender que não há fatores diferentes do que a prática e a literatura apontam a esse respeito, senão que os estudantes precisam conciliar as atividades externas com as obrigações impostas e necessárias à vida acadêmica, bem como dificuldades no processo de ensino e aprendizagem que refletem em seu desempenho acadêmico.

Nesse ponto, é importante acrescentar que o Ministério da Educação (MEC) através da Portaria Normativa nº 34, de 05 de setembro de 2007 estabelece que a bolsa de estudos seja encerrada pelo coordenador ou representante(s) do ProUni nas instituições de ensino superior (IES) por rendimento acadêmico insuficiente. Por rendimento acadêmico insuficiente entende-se a aprovação em menos de 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo, estabelecida por intermédio de um cálculo sobre o total de disciplinas cursadas.

O contexto de continuidade de estudos impõe aos estudantes bolsistas compromisso e responsabilidade diante do conjunto de ações pedagógicas exigidas em sua formação, tanto em relação à assiduidade quanto em relação ao aproveitamento escolar, o que permitirá dentro das normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela

Universidade, a sua permanência como beneficiário do programa. Enfim, é importante ressaltar que as respostas dos estudantes e dos professores indicam um exercício diário de persistência e de predisposição na continuidade dos estudos.

Ainda nessa direção de desempenho acadêmico dos estudantes considerou-se importante compreender o papel que o professor desempenha no processo de implementação/implantação e continuidade das políticas públicas.

---

## Profissionalização docente em relação às políticas públicas

---

Esteves (2002) defende que, para pensar a formação dos professores, é necessário refletir sobre três aspectos: trabalho, profissão e pessoa, abordando no primeiro, as condições postas em confronto com as necessárias. No segundo, o grau de envolvimento destes profissionais (afiliação na categoria) e, por último, sua corporificação diante das diversas mudanças que interferem no trabalho docente; pois com o advento da possibilidade de participação, estas mudanças apontam para um possível fortalecimento da autonomia, bem como das relações com a comunidade e, conseqüentemente, para a reinterpretção do profissionalismo docente.

Esta profissionalização, surgida no momento de crise e carregada de problemas e estímulos, prevê uma ação profissional mais aberta que, de alguma forma, choca-se com o que se instituiu até então, sobre ação docente, especialmente em relação ao professor universitário, que se limitava a transmitir seus saberes adquiridos ao longo da formação específica. É esperada do bom professor capacidade de promover a aprendizagem dos alunos desmotivados, autonomia para programar novos mecanismos de avaliação; e iniciativa na criação de ambientes

esteticamente diferentes e elevação da sua autoestima e da dos estudantes.

Entretanto, percebe-se ainda, pela ótica das políticas públicas implementadoras dos programas de formação inicial e continuada de professores, que os currículos carregam, na sua maioria, marcas de exigência da sociedade global que, apostam na racionalização e eficiência dos cursos, a fim de promover a adequação do sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado. Na visão de Torres (1996), esta política limita-se a elevar os índices de qualidade da educação nos países em desenvolvimento, fato que para o Banco Mundial é determinado por vários fatores, dentre eles: tempo de instrução, livros didáticos e melhoria do conhecimento dos professores (capacitação em serviço ao invés da formação inicial e estímulo ao ensino a distância para os cursos de graduação e pós-graduação).

Nessa perspectiva, considera-se a reforma educativa no Brasil, sendo a educação responsável pelos maiores benefícios sociais e econômicos, essenciais ao desenvolvimento sustentável e à diminuição da pobreza. Surgem, então, programas de financiamento para a educação com vistas a garantir oportunidades para todos - redefinindo a relação trabalho-educação ligada às exigências tecnológicas e ao ensino por competências -, desencadeando a reprodução de um sistema hierárquico que gera, por um lado a subvalorização dos professores com excesso de comandos, sem autonomia, obediente às regras, com baixos salários e sem uma perspectiva de carreira; e, por outro, a sua Sobrevalorização quando lhes atribui funções de agentes responsáveis pela transformação social, haja vista a atual implementação da política de Educação Social, como sendo a palavra de ordem para o nosso modelo educacional que busca qualidade e excelência.

Nessa relação é importante compreender a própria noção de profissionalidade e o grau de envolvimento dos professores nestas políticas públicas. Segundo Roldão (2007), a falta de clareza acerca da função e a asso-

ciação desta a um saber específico, fizeram com que a lógica da formação se limitasse à busca da qualidade docente somente pela competência de passar o saber definido pelas sequências curriculares e, especialmente, nos cursos superiores, atreladas à carreira profissional do docente, sem muitas vezes considerar a mobilidade da ação pedagógica integradora, que prevê um profissional comprometido com a competência técnica (saberes específicos) e a transformação social que se baseia nas políticas de oportunidades para todos.

A evidente percepção de ser o ProUni uma política pública de inclusão é observada na análise da opinião dos professores entrevistados, cujas respostas mostram a adesão destes à ideia de oportunidade de acesso ao ensino superior de qualidade, à política de inclusão dos menos favorecidos nas universidades privadas e ao papel do Estado como o viabilizador desta política. É perceptível, entretanto, que os professores apreciam esta iniciativa apenas como política de inclusão, sem uma demonstração clara de participação ativa na implementação do programa e no comprometimento responsável pelo sucesso destes estudantes, e apoiando suas ações numa formação condizente com a criticidade e o compromisso.

Constata-se, a partir daí, que para o efetivo exercício da função de ensinar com autonomia, análise e iniciativas de melhoria do próprio desenvolvimento profissional, os professores têm de ser também intelectuais profissionais da cultura e dos conhecimentos, como bem se refere Giroux (1997).

Se acreditarmos que o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso, envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade da educação de professores, escolarização pública treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democráticas. (Giroux, 1997, p. 162)

## ANEXOS

## ANEXO 1 - Tabela 1

Conhecimento do professor sobre o número de alunos beneficiados pelo PROUNI

Respostas	Nº. de Respostas	%
SIM	19	76%
NÃO	5	20%
NÃO RESPONDERAM	1	4%
TOTAL	25	100%

## ANEXO 2 - Tabela 2

O senhor (a) reconhece o PROUNI como política pública de inclusão?

Respostas	Nº. de Respostas	%
SIM	15	60%
NÃO	1	4%
EM PARTE	8	32%
NÃO RESPONDERAM	1	4%
TOTAL	25	100%

## ANEXO 3 - Tabela 3

O senhor (a) percebe algum tipo preconceito em relação aos alunos beneficiados através de bolsa PROUNI?

Respostas	Nº. de Respostas	%
SIM	2	8%
NÃO	21	84%
ÀS VEZES	2	8%
TOTAL	25	100%

## ANEXO 4 - Tabela 4

O senhor (a) acredita que cursar o Ensino Superior favorece a inserção no mercado de trabalho?

Respostas	Nº. de Respostas	%
SIM	22	88%
NÃO	3	12%
TOTAL	25	100%

## Referências bibliográficas

- BRASIL. Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/prouni>> Acesso em: 02 de dezembro de 2009.
- DIAS, Ana Maria L.; KETZER, Solange Medina. (Org.). *Memória do For GRAD: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ESTEVES, M. M. A Investigação enquanto estratégia de formação de professores. In: Esteves, M. M. *Contexto Geral da Formação de Professores*. (p. 37-142) Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.
- GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- OZGA, J. *Investigação sobre políticas educacionais. Terreno de contestação*. Coleção currículo, políticas e práticas. Porto: Porto Editora, 2000.
- ROLDÃO, Maria do Céu. *Formar para a excelência profissional – pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência*. Educação e Linguagem, Ano 10 (15), 18-42, 2007.
- STRAUSS, R. P.; HAO, H.; WANG, Y.; HEINZ III, H. J. *Explaining the racial achievement gap in the Pittsburgh Public Schools*. School of Public Policy and Management at Carnegie Mellon University. Pittsburgh, Pennsylvania. Disponível em: [www.andrew.cmu.edu/user/rs9f](http://www.andrew.cmu.edu/user/rs9f)>. Acesso em: 12 jul. 2008.
- TORRES, R. M. Melhorará a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In Tommasi, L; Warde, M J. & Haddad, S. (org) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. (pp. 58-71) São Paulo: Cortez, 2000.

**Resumen:** El artículo es recortes de la investigación ejecutado sobre la universidad del programa para todos (ProUni), ejecutada en el Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Poços de Caldas. Analiza la opinión de los profesores en este programa, de que compone el sistema de la política educativa bajo gerencia del ministerio de Educação (MEC), del gobierno Inácio Luis Lula da Silva – calamar. La metodología implicó el examen documental de la legislación publicado en el período 2004 el 2008 con respecto al ProUni; de la revisión bibliográfica de la política pública de la inclusión social; acciones positivas y del análisis de los datos que proceden de un grupo de profesores. En lo referente a la preconcepción conseguida de los resultados en lo referente a los estudiantes beneficiados para el programa no fue observado; la mayoría de los profesores (el 88%) expresa para creer que el oportuniza de ProUni el acceso a la educación superior para los jóvenes, de que será primeros del grupo familiar para tener ocasión de atender a una educación superior del curso, trayendo impactos positivos a sus vidas.

**Palabras-claves:** políticas públicas, profesores, ProUni, universidad, Estado.

**Résumé:** L'article c'est un découpage de recherche réalisée sur le Programme Université pour Tous (ProUni), réalisée à la Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Poços de Caldas. Il analyse la perception des enseignants sur ce programme, qui compose l'ensemble des politiques scolaires sous la gestion du Ministère de l'Éducation (MEC), du gouvernement Luis Inácio Lula da Silva – Lula. La méthodologie a impliqué enquête documentaire de législation publiée dans la période 2004 à 2008 concernant le ProUni ; de révision bibliographique de politiques publiques d'inclusion sociale ; actions affirmatives et d'analyse de données provenant d'un groupe d'enseignants. Concernant les résultats obtenus ne s'est pas observé préjugé concernant les étudiants bénéficiés par le programme; à la majorité des enseignants (88%) exprimée croire que le ProUni oportuniza l'accès à l'enseignement supérieur pour que des jeunes, qui soient les premiers du groupe familial à avoir occasion d'entrer dans l'enseignement supérieur, en apportant impacts positifs à leurs vies.

**Mots clés:** politiques publiques, professeurs, ProUni, Université, l'État. (révisée)

### Notas

- 1 Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI) Doutora em Serviço Social (PUC/RS), docente do curso de Serviço Social da UNOESC/SMO. E-mail: [sirleicetolin@saninternet.com](mailto:sirleicetolin@saninternet.com)
- 2 Mestre em Serviço Social pela PUC/RS, Doutoranda em Engenharia da Produção (UFRGS/Unochapecó) docente do curso de Serviço Social da UNOESC/SMO. E-mail: [Clarete@desbrava.com.br](mailto:Clarete@desbrava.com.br)
- 3 Assistente Social, Graduação no curso de Serviço Social pela UNOESC/SMO.
- 4 Psicóloga, Bacharel em Direito (UNOESC), Especialista em Abordagens Sócio-Jurídicas da Família (UNOESC), mestranda em Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [s.cetolin@yahoo.com.br](mailto:s.cetolin@yahoo.com.br)
- 5 O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global à saúde. (Lei 9.263/96, art.3º)
- 6 Teles (2003) ao discorrer sobre o principal objetivo das lutas feministas na época de 1970.
- 7 Família nuclear [...] era uma família burguesa em que o pai, via de regra, vivia do comércio, de uma profissão liberal ou de uma função pública, a mãe é quem cuida do lar, sua limpeza e organização e os filhos já estudam em colégios, a partir de certa idade. (Chastinet, 2003, p. 54).

